



Mensagem apresentada pelo Excelentíssimo Senhor Governador, Doutor Paulo Ganem Souto, à Assembléia Legislativa do Estado, na abertura da 3ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, em 15 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

Reafirmando meu compromisso com a tradição democrática da prestação de contas e da transparência na administração pública, mais uma vez tenho a honra de comparecer a esta nobre Assembléia Legislativa, na solenidade de abertura dos seus trabalhos em 2005, para expor à sociedade baiana, através da sua mais legítima representação, a realidade política, econômica, financeira e social do Estado.

Assim, venho prestar contas aos baianos das ações realizadas, das metas que logramos alcançar e do que ainda precisamos fazer, bem como das perspectivas que se afiguram para a Bahia na sua busca determinada pelo desenvolvimento humano, que entendemos como crescimento econômico com justiça social.

O relato que ora trazemos mostra de forma circunstanciada as atividades empreendidas pelo Governo do Estado no exercício de 2004, quando a Bahia deu continuidade ao seu projeto de desenvolvimento. O Governo da Bahia tem trabalhado de forma determinada no sentido de modernizar a administração pública, de modo a tornar mais racional, objetiva e eficaz a tarefa de governar. Neste sentido, o Estado tem planejado suas ações de forma

criterosa e norteado sua atuação de acordo com o Plano Plurianual 2004-2007, aprovado por esta Casa, e que sistematiza os avanços projetados para a Bahia neste quadriênio, cujas diretrizes estão lastreadas em uma peça de planejamento de longo prazo, o Plano Estratégico Bahia 2020, que projeta o desenvolvimento do Estado a partir de uma visão de futuro.

Estamos determinados a continuar realizando uma administração focada no desenvolvimento sustentável, capaz de compatibilizar o incremento da competitividade econômica com políticas efetivas de inclusão social. Pois que, a rigor, a razão de ser do desenvolvimento é o bem-estar social e a elevação da qualidade de vida da população. Perseguir estas condições é, em última análise, a razão de ser do Estado.

A despeito das dificuldades enfrentadas, a Bahia está consolidando um novo modelo de gestão pública, que tem como suporte o equilíbrio financeiro e a estabilidade política e administrativa, conferindo a credibilidade necessária para a mobilização de recursos junto a agências de desenvolvimento e organismos financeiros nacionais e internacionais, voltados sobretudo a projetos sociais.

Nestes dois anos de governo, alcançamos uma série de metas a que nos propusemos e estou certo de que estamos contribuindo para a construção de uma Bahia cada vez melhor para todos os baianos.

A Bahia, que o povo me conferiu a honra e a responsabilidade de governar, é um estado produtivo, trabalhador e empreendedor. É um estado que vem diversificando sua economia, investindo na expansão da sua fronteira agrícola e na agroindústria e transformando sua matriz industrial, de modo a assumir sua condição de importante produtor de bens de consumo final.

É um estado capaz de atrair grandes empreendimentos. Aqui, os investidores sabem que estarão em boa companhia, ao lado de empresas que hoje qualificam o parque industrial baiano, e onde as relações com o governo são irretocáveis do ponto de vista ético.

A Bahia de hoje é um estado que, a despeito de ainda conviver com a pobreza e com as desigualdades em seu território, está realizando o grande salto do desenvolvimento, para

transformar-se em um estado socialmente justo, economicamente diversificado, espacialmente integrado, ambientalmente limpo, capaz de produzir riquezas e promover a inclusão social e de avançar verdadeiramente na direção de uma sociedade mais harmônica.

A economia brasileira cresceu em 2004 e isso, sem dúvida, repercutiu no desempenho das economias estaduais. Mas, na Bahia, este crescimento foi potencializado em função do êxito da política de atração de investimentos industriais, do desempenho do agronegócio, do turismo e do fato de termos trabalhado para construir no Estado um ambiente propício para acolher novos empreendimentos.

Em 2004, a economia baiana consolidou o processo ininterrupto de crescimento econômico que se verifica no Estado desde o início da década de 90. O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 8,5%, o que representa a maior taxa desde 1985, resultado significativamente superior ao do PIB brasileiro, com um incremento de 5,3% no período. Com isso, a participação da Bahia na formação do PIB brasileiro cresceu de 4,8%, em 2003, para 5%, em 2004.

Todos os setores da economia apresentaram bons resultados. O PIB da agropecuária registrou um incremento de 10% em relação a 2003, com destaque para a produção recorde de 5,3 milhões de toneladas de grãos, o que representou um crescimento de 48% na safra. A cultura do algodão, por exemplo, ampliou a sua produção em 150%, colocando a Bahia como segundo produtor nacional.

A indústria de transformação baiana foi outro segmento que apresentou desempenho expressivo em 2004, registrando um crescimento de 15%, o maior desde 1980 e que representa quase o dobro do incremento verificado na indústria brasileira. A petroquímica, por exemplo, que apresentou crescimento 1,5% em 2003, registrou um incremento de 7,3%. O destaque, no entanto, ficou com o segmento automobilístico, que cresceu 49%, em 2004, ampliando o pólo produtor de bens finais do Estado.

O comércio, que em 2003 apresentou crescimento negativo, registrou em 2004 uma expansão de 8%, refletindo o reaquecimento da economia. Já o incremento do setor de serviços foi de 4,5%, com destaque para o turismo, cuja atividade pode ser medida, ainda

que não integralmente, pelo crescimento de 9,3% no segmento de Alojamento e Alimentação.

O crescimento da economia se refletiu na ampliação do nível de emprego. Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, a Bahia foi responsável por 28% dos empregos gerados no Nordeste em 2004, tendo registrado 52.724 novos postos de trabalho, praticamente o dobro do exercício de 2003, a maioria dos quais foi criado no interior do Estado, em função da consistente política de atração de investimento disseminada por todo o território baiano.

Na área das finanças públicas, o Governo tem feito valer a decisão política de trabalhar com três metas principais: a manutenção do equilíbrio fiscal, a qualidade do gasto público e o crescimento da receita. A Bahia continua primando por manter suas contas em ordem, pela aplicação transparente dos recursos públicos e pelo cumprimento rigoroso da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2004, a Bahia melhorou o seu desempenho fiscal, registrando um superávit primário de R\$ 981,2 milhões. Por outro lado, cumprimos as metas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, como demonstra a relação entre a despesa de pessoal e a receita corrente líquida, que foi de 48,1%. A dívida consolidada líquida do Estado, por sua vez, equivale hoje a 1,42 vezes a receita corrente líquida, abaixo do limite fixado pelo Senado Federal, que é duas vezes a receita corrente líquida.

A postura de austeridade e transparência na condução das suas finanças tem conferido a credibilidade indispensável na negociação de recursos para o desenvolvimento do Estado com os organismos financeiros internacionais.

A carteira de financiamento externo da Bahia apresenta, hoje, um volume de recursos da ordem de US\$ 1,2 bilhão, distribuídos em projetos de interesse social, em fase de execução ou negociação, como o Programa Produzir, o Viver Melhor, o Programa de Gerenciamento dos Recursos Hídricos – PGRH, e o Prodetur, entre outros, bem como em áreas essenciais como a educação, a saúde, o combate à pobreza, o desenvolvimento urbano e o saneamento básico. Cabe destacar que o Produr - Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-estrutura Urbana, e o Bahia Azul – Programa de

Saneamento Ambiental da Baía de Todos os Santos, foram concluídos com êxito em 2004.

A carteira de financiamento interno da Bahia, por sua vez, registrou um volume contratado da ordem de R\$ 528 milhões, com financiamentos da Caixa Econômica Federal, do BNDES e do Banco do Brasil, com contrapartida de R\$ 76 milhões do Governo do Estado. Entre os programas financiados com estes recursos, cabe destacar o Pró-Moradia e o Pró-Sanear. Outros projetos estão sendo negociados com a Caixa Econômica Federal e o BNDES, com recursos previstos da ordem de R\$ 177 milhões, destinados às áreas de habitação, saneamento básico, recuperação de rodovias e restauração de monumentos históricos.

Senhores Deputados,

A visão de uma Bahia socialmente justa, que constitui prioridade maior do meu governo, traduz-se na determinação de combater as desigualdades sociais existentes no Estado e fazer avançar de forma significativa os nossos indicadores de desenvolvimento humano, entre os quais despontam aqueles relacionados à área da educação, de importância fundamental para a formação de uma sociedade próspera e igualitária.

A educação, não tenho dúvidas, é o instrumento mais efetivo e adequado para promover as transformações necessárias à construção de um modelo de desenvolvimento capaz de contemplar, sem exceções, o conjunto da sociedade.

Deste modo, o Governo do Estado tem se empenhado de forma decidida para consolidar a universalização do acesso ao ensino fundamental, conquista obtida com grande esforço nos últimos anos. Tendo assegurado a matrícula de 97,8% das crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, a política educacional do Governo da Bahia, no exercício de 2004, concentrou suas atenções na melhoria da qualidade do ensino público em todos os níveis, na qualificação efetiva da gestão escolar e na expansão e melhoria da rede física.

Os investimentos realizados no setor educacional envolveram recursos da ordem de R\$ 2,4 bilhões e seus resultados já se fazem sentir através de importantes indicadores, a exemplo da redução significativa nas taxas de evasão e repetência escolar, que se traduziram em uma redução de 15% na defasagem idade-série, nos últimos três anos. Outro indicador significativo é a redução da taxa de analfabetismo de 38%, em 1993, para 14,6%, em

2003, na faixa etária de 7 a 14 anos, bem como de 22,8%, em 1993, para 13,6%, em 2003, na faixa de 15 a 49 anos de idade.

Os investimentos realizados na expansão e melhoria da rede física do ensino público estadual, com obras de construção, ampliação e reforma realizadas nas escolas, resultaram na incorporação à rede pública de 153 novas salas de aula e na recuperação de outras 244 salas.

A despeito dos investimentos na rede física escolar, que hoje atende satisfatoriamente a demanda de alunos no Estado, o nosso grande desafio, contudo, é melhorar de forma efetiva a qualidade do ensino público. Neste sentido, destaco o projeto de certificação ocupacional de profissionais de educação, que estamos implementando em parceria com a Fundação Luís Eduardo Magalhães e que este ano contemplou 11.502 profissionais do ensino fundamental e do ensino médio.

A rede estadual continuou uma acelerada expansão das matrículas do nível médio, alcançando 764.270 alunos, ou seja, um crescimento de 10,8% em relação a 2003. Esta expansão exige um novo modelo de financiamento para o setor de educação, pois será impossível acompanhar essa demanda com as atuais regras do Fundef.

Outra importante ação que repercute diretamente na qualidade do ensino é o Programa de Regularização do Fluxo Escolar, que vem alcançando resultados expressivos na média de aprovação dos alunos, hoje da ordem de 80% nas redes estadual e municipal, e possibilitando uma escolarização regular. Em 2004, este projeto envolveu 256 municípios baianos, 2.758 escolas e 7.285 classes da 1ª à 8ª série, beneficiando mais de 182 mil alunos do ensino fundamental.

Na área educacional, é indispensável também fortalecer a parceria Estado-Município. Nesse sentido, em 2004 foram municipalizadas 208 escolas do ensino fundamental em 70 municípios baianos, envolvendo um contingente de mais de 80 mil alunos.

Os esforços voltados para a capacitação gerencial dos profissionais de educação contemplaram 1.204 escolas estaduais do ensino fundamental e do ensino médio, além de 681 escolas municipais, em 407 municípios.

No que concerne ao ensino superior, cumpre destacar o Programa Universidade para Todos, voltado para aumentar a competitividade dos alunos da rede pública nos processos seletivos para o ingresso na universidade. Tendo completado o seu segundo ano de implantação, o Programa já apresenta resultados significativos. O Programa Universidade para Todos atendeu, nestes dois anos, cerca de 35 mil alunos da rede pública, dos quais 17.350, em 2004. Mais de 600 alunos da rede pública, apoiados pelo Programa, foram aprovados no vestibular de 2003 nas diversas instituições de ensino superior da Bahia.

Igual destaque merece o Programa Faz Universitário, um dos mais avançados projetos já concebidos para o acesso e permanência de estudantes no ensino superior. Temos dado continuidade, com êxito, a essa estratégia desenvolvida em parceria com empresas privadas e instituições particulares para viabilizar a concessão de bolsas a alunos originários de escolas públicas. Em 2004, o Programa beneficiou 900 estudantes, originários de escolas públicas estaduais, com bolsas integrais de estudo.

As universidades estaduais contam hoje com 355 cursos atendendo a 43.000 alunos. A expansão qualitativa do ensino superior foi marcada pelo início dos cursos de Medicina e Odontologia, na Uesb, e de Engenharia de Produção, na Uesc.

Senhores Deputados,

Os avanços que o Governo da Bahia projeta na direção do desenvolvimento humano têm nas ações de saúde um dos seus vetores mais importante.

Perseguimos a expansão quantitativa e qualitativa da cobertura de saúde no Estado, para assegurar o acesso da população aos serviços básicos, e também aos procedimentos de média e alta complexidade. As metas qualitativas visam à obtenção de avanços na humanização do atendimento, na capacitação dos recursos humanos e no processo de reorganização da assistência, privilegiando as estratégias de saúde preventiva.

Desde o início do meu governo, vêm-se realizando transformações importantes na área da saúde, com destaque para o processo de reestruturação organizacional da Secretaria de Saúde do Estado – SESAB, para adaptar-se às novas funções assumidas em decorrência da

habilitação na Gestão Plena do Sistema Estadual de Saúde. O ano de 2004 foi marcado pelos esforços de descentralização da gestão e da implantação de redes assistenciais, buscando regionalizar a assistência e garantir a integralidade das ações e serviços de saúde, quando foram investidos R\$ 1,6 bilhão no sistema estadual de saúde.

Entre as ações voltadas para descentralizar a gestão de saúde, foram desenvolvidas parcerias com prefeituras e entidades não-governamentais, através de convênios voltados para fortalecer a capacidade local de gestão, que muito têm contribuído para a melhoria da assistência à saúde em vários municípios baianos. No exercício de 2004, estes convênios envolveram recursos da ordem de R\$ 17,1 milhões, dando ênfase à expansão da rede municipal de atenção básica à saúde.

Cabe fazer uma referência especial à implantação da Central de Regulação da Saúde, que veio agregar a função regulatória no sistema estadual de saúde, contribuindo para a regulação da oferta de leitos no Estado. Visando imprimir maior eficiência no atendimento dos serviços do SUS, a Secretaria da Saúde implantou um sistema de regulação *on-line*, o Sisreg, que tem possibilitado maior racionalidade e rotatividade na utilização dos leitos hospitalares regulados, aumentando gradativamente a cobertura.

A área de vigilância epidemiológica teve uma atuação destacada em 2004. Mantivemos o rigor nas ações de imunização, tendo sido aplicadas mais de 9 milhões de doses de diversos tipos de imunobiológicos, em ações de rotina e nas campanhas de vacinação. Cabe chamar a atenção para a campanha de vacinação contra gripe em maiores de 60 anos, que atingiu uma cobertura vacinal de 86,6%, com a aplicação de mais de 960 mil doses de vacina.

Na área da Atenção Básica à Saúde, temos concentrado nossos esforços nas ações preventivas, através de estratégias como o Programa de Saúde da Família – PSF, em cuja operação foram investidos recursos de R\$ 17 milhões, voltados para subsídio ao custeio das equipes do Programa. O trabalho realizado neste âmbito incluiu também ações de assessoria técnica aos municípios, dentro da política de reorientação do modelo assistencial em todo o Estado. Hoje, o PSF atinge 299 municípios baianos, com um total de 1.409 equipes de saúde da família e mais de 20 mil Agentes Comunitários de Saúde em todo o Estado.

O Programa Saúde Bahia está privilegiando o Programa Saúde da Família nos municípios de menor IDHM do Estado, tendo assinado com 13 municípios convênios que estão permitindo a cobertura integral dos gastos do PSF, inclusive o pagamento integral dos custos de pessoal.

Outro aspecto sobre o qual o Governo da Bahia vem intervindo de modo decidido é a rede de assistência intensiva do Estado, à qual foram acrescentados 101 leitos de UTI, o que ampliou significativamente a capacidade de oferecer internamento para pessoas sob risco de vida.

A melhor indicação do aumento da eficiência dos hospitais estaduais é o aumento de 35% das internações na rede hospitalar do Estado, enquanto na rede do SUS as internações caíram 2%. Isso reflete os avanços notáveis em recursos humanos e materiais dos hospitais estaduais, resultantes de agressiva política de investimentos no setor. Na área de neurocirurgia, para citar apenas um exemplo, passamos de 958 procedimentos, em 2002, para 1.396, em 2004.

Quero destacar, também, as ações voltadas para a expansão e melhoria da rede física de saúde na Bahia, com a execução de obras de construção, ampliação e recuperação de unidades de saúde em todo o Estado. Entre estas, o início da reconstrução e ampliação do Hospital Dantas Bião, no município de Alagoinhas, uma unidade de abrangência regional, responsável pelo atendimento de uma área que congrega 16 municípios e uma população de mais de 420 mil pessoas. Nesta mesma linha, concluímos a reforma total e ampliação do Hospital Santa Tereza, no município de Ribeira do Pombal, cuja área de influência abrange 14 municípios, do Nordeste do Estado, e uma população da ordem de 270 mil habitantes.

A construção do Hospital do Oeste, no Município de Barreiras, é o maior investimento estadual da área de saúde no interior baiano, no qual vão ser aplicados recursos da ordem de R\$ 22,5 milhões. Com grande carência em número de leitos hospitalares, a região de Barreiras congrega dez municípios e uma população de cerca de 250 mil habitantes. O Hospital, cujas obras já foram iniciadas, será de grande porte, com uma área construída de 11 mil metros quadrados e está estruturado para o atendimento de urgências e emergências especializadas, traumato-ortopedia e serviços de média e alta complexidade.

A Maternidade de Referência de Salvador, obra de grande importância, irá disponibilizar à Capital 250 novos leitos de obstetrícia, uma das principais carências na área de saúde. A nova maternidade irá contribuir para melhorar a qualidade da prestação de serviços nesta especialidade e estará equipada com os recursos tecnológicos mais modernos e de alta complexidade, capacitada para o atendimento de urgências em ginecologia e obstetrícia e que irá disponibilizar leitos de UTI adulto e neonatal.

Entre as ações destinadas a assegurar as adequadas condições de saúde para o conjunto da população, destacam-se os investimentos em saneamento básico. Neste âmbito, o exercício de 2004 marcou a conclusão do Programa Bahia Azul, o maior conjunto de obras e ações de saneamento ambiental já realizado pelo Governo do Estado e um dos mais completos já executados no País, que vem apresentando resultados palpáveis na melhoria das condições de vida e saúde da população de Salvador e das cidades situadas na área de influência da Baía de Todos os Santos.

O Bahia Azul é um programa que coloca a Bahia na vanguarda do saneamento básico no país. Antes dele, Salvador era uma cidade onde apenas 25% da população dispunham de atendimento por rede de esgoto, que servia principalmente aos bairros nobres da cidade. Hoje, Salvador já conta com 62% de cobertura de esgotamento sanitário, com infraestrutura pronta para chegar a 80%.

Os resultados do Programa Bahia Azul já são uma realidade. Estudos desenvolvidos pelo Instituto de Saúde Coletiva (ISC), da UFBA, demonstram que nas áreas anteriormente desprovidas de serviços de saneamento, principalmente de esgotamento sanitário, após o Programa houve uma redução entre 30% e 50% de doenças parasitárias.

Em 2004, foram aplicados recursos de R\$ 8,4 milhões no Bahia Azul, em obras de adensamento de bacias de esgotamento sanitário e execução de ligações intradomiciliares. Prosseguem as obras de execução das ligações prediais em Salvador e demais municípios beneficiados, que complementarão os sistemas de coleta e destinação adequada dos efluentes, cujas estruturas já se encontram implantadas.

O Governo do Estado investiu em saneamento básico, em pouco mais de uma década, recursos da ordem de US\$ 1 bilhão e, a despeito da demanda inerente ao ritmo de crescimento populacional, os resultados são notáveis. As ações ampliaram a cobertura da

prestação destes serviços em áreas urbanas e rurais, logrando efetivamente uma mudança substancial nas condições básicas de saneamento, com impactos de grande significado para a saúde coletiva e a qualidade de vida da população.

Com efeito, a Bahia deu saltos qualitativos indiscutíveis em áreas como o abastecimento de água tratada, que hoje alcança 95% das localidades atendidas pela Embasa, enquanto que as intervenções de saneamento básico relacionadas ao Programa Bahia Azul têm contribuído para reduzir sensivelmente a incidência de doenças parasitárias nas áreas contempladas pelas ações.

Em 2004, foram aplicados recursos da ordem de R\$ 291 milhões em obras de serviços de abastecimento de água, na expansão da oferta de esgotamento sanitário, na construção de barragens e na destinação final de resíduos sólidos.

Na área de esgotamento sanitário, foram concluídas obras de implantação em quatro sedes municipais e estão em andamento obras em mais 15 sedes e duas localidades. Foram também realizadas ampliações em diversas sedes municipais. Todos estes serviços atenderão quatro milhões de pessoas.

No setor de abastecimento de água, considerando-se os sistemas convencionais, isto é, aqueles dotados de rede de distribuição domiciliar, foi concluída a implantação de sistemas em uma sede municipal e em 67 localidades e está em andamento a implantação de sistemas em 233 localidades. Com referência à ampliação, foram concluídas obras em sete sedes e sete localidades e estão em andamento serviços em 34 sedes e 51 localidades.

Assim, entre obras de implantação e ampliação, concluídas e em andamento, estão sendo atendidas 42 sedes municipais e 358 localidades, beneficiando 3,8 milhões de habitantes.

Com relação a sistemas não-convencionais, que permitem o acesso à água de boa qualidade, sem rede domiciliar, foram concluídos 247 sistemas simplificados, ampliados 43 sistemas, construídas 8.000 cisternas, perfurados 390 poços e construídas 57 pequenas barragens. Estão em andamento mais 199 sistemas simplificados, 13.000 cisternas e 88 pequenas barragens.

Entre os principais sistemas de abastecimento de água, cabe destacar as obras da terceira etapa da Adutora do Feijão, no valor de R\$ 13,5 milhões e que ampliará o atendimento a mais 55 mil habitantes na região de Irecê, mediante a implantação de mais 230 quilômetros de rede de distribuição. Também de grande importância é o sistema de Ponto Novo, Filadélfia e Caldeirão Grande, que representa um investimento de R\$ 13,9 milhões, beneficiando 54 mil pessoas, além do sistema Conceição do Coité/Tucano Sul, que envolveu um investimento de R\$ 14,95 milhões e beneficiará 59 mil habitantes daquela região.

A destinação dos resíduos sólidos é outro fator de importância estratégica para a melhoria da qualidade de vida da população e que mereceu atenção especial por parte do Governo da Bahia, com a aplicação de recursos de R\$ 6,7 milhões na implantação de 28 aterros sanitários simplificados e convencionais, em oito regiões do Estado. Na esfera gerencial, duas iniciativas relevantes foram deflagradas: a avaliação das condições operacionais de 16 aterros e a elaboração dos termos de referência do Plano Estadual de Resíduos Sólidos.

Cabe ressaltar, por fim, que todas as ações de saneamento buscaram incorporar o componente educação ambiental, como ação estratégica de preservação do meio ambiente e das condições de vida da população. Ilustrativa desta preocupação foi a implementação do Programa de Educação Sanitária, Ambiental e de Gestão Participativa em 97 localidades rurais atendidas pelo Programa de Sistemas de Saneamento Auto-Sustentáveis, que beneficiará 29 municípios do Semi-Árido baiano.

No que diz respeito aos recursos hídricos, destaca-se o PGRH – Programa de Gerenciamento de Recursos Hídricos, projeto pioneiro no país, considerado pelo Banco Mundial um modelo para a América Latina. Em 2004, foram investidos R\$ 60 milhões, em participações iguais do BIRD e Governo do Estado, sendo inaugurados a segunda etapa do Projeto de Irrigação de Ponto Novo, abrangendo uma área total de 2.611 hectares, e o Sistema Tucano, que vêm beneficiar cerca de 27 mil pessoas.

Figuram ainda entre as realizações de destaque no âmbito dos recursos hídricos, a construção das barragens de Bandeira de Melo e Pindobaçu, cujas obras encontram-se em andamento e que garantirão a oferta de água a uma população de 95 mil habitantes. É importante ressaltar o lançamento do Programa de Recuperação e Preservação dos Mananciais de Abastecimento da Água da Região Metropolitana de Salvador - Programa

Água é Vida, que fixa estratégias para disciplinar o uso, a ocupação do solo e a recuperação ambiental, de forma a compatibilizar as atividades socioeconômicas com a utilização dos mananciais de abastecimento da RMS.

Senhores Deputados,

Na área de desenvolvimento urbano, o Governo da Bahia concentrou sua atuação em ações de saneamento básico, habitação, infra-estrutura, equipamentos e melhorias urbanas. Em 2004, foram aplicados R\$ 116,6 milhões num elenco diversificado de intervenções e no apoio às administrações municipais, para atendimento às demandas de obras e serviços de infra-estrutura urbana.

Figura com destaque, neste âmbito, o investimento de R\$ 46,1 milhões para assegurar a continuidade do projeto do Metrô da Capital, realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador, bem como o programa de vias estruturantes, fundamental para a integração com o metrô.

Entre as vias estruturantes, está em fase avançada a Via Portuária, que ligará a Rótula do Abacaxi ao Porto de Salvador, envolvendo a construção de um túnel e um viaduto nas Avenidas Frederico Pontes e Oscar Pontes, em Água de Meninos. Outra importante intervenção viária em Salvador é a Avenida Vale da Fazenda Grande, com 4,1 km de extensão, articulando toda a região de Cajazeiras/Fazenda Grande com a BR 324 e Avenida Paralela, fortalecendo a integração desta região com a Orla Atlântica e o Litoral Norte.

Outra ação à qual dedicamos grande atenção foi a expansão e qualificação dos equipamentos públicos comunitários. Foram destinados R\$ 57,4 milhões à execução de obras e serviços de engenharia que contribuíram significativamente para a ampliação do acesso da população a serviços públicos de melhor qualidade, notadamente nas áreas de educação, saúde, segurança, cultura, turismo e esportes. Na área de abastecimento alimentar, merecem destaque as obras de construção, ampliação, reforma e recuperação de mercados em 45 municípios, que absorveram recursos de R\$ 10,1 milhões.

Através dos programas Viver Melhor, Kit Moradia, Combate à Doença de Chagas, Subsídio à Habitação de Interesse Social, Cores da Cidade, Rememorar, Revitalização do Centro

Histórico e o Programa Habitacional do Servidor Público, o Governo da Bahia realizou um programa habitacional que, entre novas habitações e melhorias habitacionais, totalizou 56 mil obras.

O Programa Viver Melhor, em 2004, atuou em 15 comunidades de Salvador e nove no interior do Estado, e, além da construção de novas habitações e melhorias habitacionais, realizou obras de drenagem, saneamento, pavimentação e contenção de encostas, reduzindo consideravelmente os riscos para os moradores destas áreas, beneficiando 37.000 famílias.

Em Salvador, o Programa Ribeira Azul é uma das principais vertentes do Viver Melhor, atuando nas áreas de Alagados IV e V, Joanes Azul, São Bartolomeu/Boiadeiro e Novos Alagados, erradicando palafitas e melhorando a infra-estrutura destas áreas. Com as obras em andamento e as que serão contratadas em 2005, das 3.500 palafitas existentes antes do projeto, 3.233 serão erradicadas, oferecendo-se novas habitações aos seus ocupantes.

O Programa Viver Melhor contratou em 2004 mais cinco áreas em Salvador, inclusive Alagados, e 21 em cidades do interior do Estado que, além das obras de infra-estrutura, deverão contemplar a construção de 4.010 novas habitações e melhorias em 2.839, beneficiando 12.277 famílias.

O ano de 2004 marcou a conclusão de um programa que apresentou resultados extremamente positivos, o Produr - Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-estrutura Urbana. Durante os seus sete anos de execução, o Programa aplicou cerca de R\$ 400 milhões, contemplando mais de 200 municípios do Estado, oferecendo apoio técnico e financeiro às prefeituras no processo de fortalecimento da gestão municipal e da infra-estrutura urbana, com vistas à elevação da qualidade de vida da população. Contando com aporte financeiro do Banco Mundial e contrapartida do Estado, o Produr celebrou 573 convênios ao longo do seu período de execução.

Também merece citação o Programa de Combate à Doença de Chagas, no qual a administração estadual investiu, no ano passado, recursos de R\$ 4,2 milhões na construção e melhoria de 2.672 unidades habitacionais em 20 municípios das regiões mais afetadas.

Empenhado em assegurar aos baianos os direitos elementares à paz e à justiça, o Governo da Bahia deu continuidade, em 2004, à sua política de prevenção e combate à violência, com vistas a ampliar o sentimento de segurança na população. Para tanto, foram investidos R\$ 1,1 bilhão em ações destinadas a introduzir novos padrões de eficácia e agilidade no combate à criminalidade, especialmente na repressão ao crime organizado.

As iniciativas abrangeram a própria reestruturação da Secretaria da Segurança Pública, autorizada legalmente a criar mais 11 Delegacias Circunscricionais, duas Delegacias de Proteção Ambiental, três Delegacias de Repressão a Furtos e Roubos, quatro Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, a primeira Delegacia Especial de Atendimento ao Idoso. Além disso, foram implantadas três Companhias Especiais do Interior: a Caema, a Caesg e a Caesa.

A frota utilizada na manutenção da segurança pública incorporou 308 novos veículos para patrulhamento, já estando licitada a aquisição de mais 700 veículos de grande, médio e pequeno portes, incluindo-se aí as viaturas especiais. Ressalte-se que destes 700 veículos, 319 já foram entregues em janeiro de 2005. Através de convênio firmado com o Ministério da Justiça, estão sendo incorporados recursos tecnológicos de última geração, a exemplo de estações de monitoramento de rede de segurança e equipamentos e programas de informática.

Dedicamos atenção especial às ações voltadas para a ampliação e capacitação dos quadros técnicos, entre as quais cabe destacar a formação, pela Academia de Polícia Civil, de 203 delegados, 420 agentes e 227 escrivãos aprovados em concurso público, além da convocação, pela Polícia Militar, de 1.600 soldados aprovados em concurso em 2001. A incorporação destes servidores eleva para 39 mil policiais civis e militares o contingente em atuação na Bahia, constituindo um aporte significativo para a renovação do quadro funcional e a constituição de uma polícia mais eficaz.

Outra importante medida contra a criminalidade foi a criação da Força-Tarefa de Repressão a Roubos a Bancos, que conseguiu desarticular diversas quadrilhas, prendendo mais de 100 pessoas. Em decorrência, os roubos a bancos na Região Metropolitana de Salvador diminuíram 11,7%, em relação a 2003.

A repressão ao tráfico de drogas e ao crime organizado logrou conquistas igualmente significativas, como a bem-sucedida operação que desarticulou a maior quadrilha de tráfico de cocaína da Bahia, com a prisão do seu líder e de vários outros participantes.

Igualmente importante foi a criação do Gerce (Grupo Especial de Repressão a Crimes de Extermínio), que já obteve êxito na identificação e prisão de trinta envolvidos nestes tipos de crime, inclusive 11 policiais.

Convém registrar que dois fatores foram determinantes para a excelência dos resultados alcançados: o processo de integração e modernização das Polícias Civil e Militar e o método de policiamento comunitário denominado Polícia Cidadã, que vem transformando o modelo tradicional de atuação da Polícia Militar, na medida em que consolida o estreitamento do vínculo de confiança entre a força policial e a comunidade, no propósito comum de combater a criminalidade.

A classificação da Bahia, em relação a outros estados brasileiros, demonstra uma posição confortável no que se refere à taxa de homicídio, situando o Estado em 23º lugar no *ranking* nacional.

Em 2004, as estatísticas da SSP mostram a queda dos crimes de homicídio (2,1%), roubo a bancos (11,7%), furto de veículos (2,9%), crescendo, entretanto, aqueles relacionados a roubo em ônibus urbanos e em estradas.

Em 2004, o Governo da Bahia aplicou R\$ 20,4 milhões em obras de construção, recuperação e adaptação das unidades da rede física de segurança pública. As intervenções de maior relevância foram a construção e ampliação de unidades prisionais, que possibilitaram incorporar 828 vagas ao sistema penal do Estado.

Além da construção do Conjunto Penal de Juazeiro, destacam-se as obras de ampliação da Penitenciária Lemos de Brito, dos presídios de Vitória da Conquista e Paulo Afonso e do Centro de Observações Penais, já concluídas. Também estão sendo construídas unidades prisionais nos Municípios de Simões Filho, Itabuna, Serrinha e Lauro de Freitas, além da Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado, localizado no Complexo da Mata Escura, em Salvador. Estas obras em andamento agregarão 1.714 novas vagas ao sistema, seguramente

o maior avanço registrado no sistema penitenciário do Estado.

Visando a melhoria das condições de funcionamento das unidades penitenciárias, foram capacitados 300 agentes e desenvolvidas ações voltadas para a recuperação e ressocialização da população prisional, beneficiando um contingente de 1.105 presos com cursos de ensino fundamental e ensino profissionalizante. Merecem menção, também, as parcerias firmadas com 39 empresas da capital e do interior, que propiciaram ocupação produtiva a 683 presos, bem como a implantação do Plano Operativo de Saúde no Sistema Penitenciário, com vista a assegurar o acesso da população prisional ao Sistema Único de Saúde.

Na esfera dos direitos humanos e da cidadania, é preciso chamar a atenção para a implantação da Superintendência de Apoio e Defesa aos Direitos Humanos - SUDH, que promoveu a integração de demandas e ações do poder público e da sociedade civil. O Centro de Atendimento às Vítimas de Violência – Ceviba, prestou 8.133 atendimentos na Região Metropolitana de Salvador. Na Capital e interior, a Defensoria Pública do Estado propiciou assistência jurídica gratuita à população carente através de 506.716 ações judiciais e extrajudiciais.

Na área de assistência social, cabe destacar o atendimento a mais de 100 mil crianças e adolescentes. Através do Programa de Apoio a Creches, foram beneficiadas crianças de zero a seis anos que receberam atendimento de forma continuada, nas áreas de educação, saúde, nutrição e assistência social.

Outra iniciativa relevante é o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti, instrumento que vem contribuindo para a retirada de crianças e adolescentes do trabalho precoce. Em 2004, o Peti alcançou 99 municípios baianos, beneficiando cerca de 122 mil crianças e adolescentes, com a concessão da Bolsa Criança Cidadã e com o oferecimento da Jornada Ampliada.

Visando atender ao Estatuto da Criança e do Adolescente, estamos promovendo a regionalização do atendimento a adolescentes autores de atos infracionais. Assim, implantamos na Região do Litoral Sul três unidades de atendimento, uma em Ilhéus e duas em Canavieiras.

Através de uma articulação inovadora entre diversas secretarias do Governo do Estado, a Prefeitura Municipal de Salvador, Poder Judiciário, Ministério Público e entidades do Terceiro Setor, lançamos o Programa de Desenvolvimento Integrado da Região Nordeste de Amaralina, o Programa Viva Nordeste.

O Viva Nordeste busca promover a melhoria da qualidade de vida da população do Nordeste de Amaralina, Chapada do Rio Vermelho, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas, com uma população de 83 mil habitantes, envolvendo ações nas áreas de educação, cultura, esporte, lazer, geração de trabalho e renda, melhorias urbanas, segurança pública e acesso a serviços públicos. Cabe destacar a instalação da 28ª Delegacia de Polícia, no Nordeste de Amaralina, melhorando significativamente os níveis de segurança de toda a área.

Senhores Deputados,

Com o objetivo de incorporar a dinâmica produtiva às camadas menos favorecidas da população, o Governo da Bahia desenvolveu, em 2004, um expressivo conjunto de ações voltadas para o incremento da renda neste segmento populacional. Esta política de inclusão socioeconômica foi concretizada através de programas e projetos de caráter comunitário, que lograram a criação e consolidação de empreendimentos de pequeno e médio portes, com alto potencial de absorção de mão-de-obra e capacidade de produzir impactos positivos sobre o mercado local.

Neste sentido, destaque-se o Programa Produzir, considerado uma das mais bem-sucedidas iniciativas financiadas pelo Banco Mundial, no Brasil, que foi apresentado pelo governo estadual na Conferência para Redução da Pobreza e Desenvolvimento Sustentável, realizada em Xangai, na China, em maio. Dentre os 70 projetos sociais de redução da pobreza selecionados em todo o mundo, dois programas do Governo da Bahia destacaram-se como referência: o Produzir e o Crédito Fundiário. Em 2004, o Produzir executou 2.298 projetos conveniados, aplicando R\$ 89,7 milhões e atendendo cerca de 197 mil famílias. Já no Programa de Crédito Fundiário foram aplicados R\$ 6,6 milhões em projetos de investimentos comunitários, com a finalidade de assegurar infra-estrutura em 19 áreas, beneficiando cerca de 655 famílias. Foram adquiridos 13,9 mil hectares, representando um investimento da ordem de R\$ 3 milhões.

O Projeto Pró-Gavião, cujo objetivo de incrementar, de forma sustentável, a renda da população rural estabelecida na região do Rio Gavião, em 2004 aplicou R\$ 31 milhões, dos quais R\$ 20,2 milhões do Governo do Estado e R\$ 10,9 milhões do FIDA - Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Os recursos viabilizaram a celebração de 52 novos convênios, beneficiando 21.162 famílias rurais de 210 comunidades localizadas em 13 municípios situados às margens do Rio Gavião. Encontra-se em negociação sua segunda etapa, que aumentará de forma significativa o número de municípios beneficiados, duplicando o montante de recursos envolvidos, de US\$ 40 milhões para US\$ 80 milhões.

Os pequenos criadores de caprinos e ovinos, com propriedades de até 100 hectares, continuaram se beneficiando, em 2004, do amplo leque de intervenções do Programa Cabra Forte. Ao completar 18 meses de vigência, o Programa já marca presença em 18 municípios localizados no Semi-Árido, agrupados nos pólos de Jaguarari, Remanso e Conceição do Coité, atendendo um universo de cerca de 126 mil pessoas.

Reafirmando a prioridade conferida ao Programa desde a sua implantação, o Governo da Bahia destinou R\$ 24,3 milhões ao Cabra Forte em 2004, em parceria com entidades públicas e privadas, como o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste, o Sebrae e empresas privadas ligadas ao segmento da ovinocaprinocultura.

Outra importante estratégia de inclusão socioeconômica é o Projeto Integrado de Revitalização da Agricultura Familiar - Terra Fértil, que incorporou mais quatro municípios no último exercício. Com a inclusão de Gentio do Ouro, Itaguaçu da Bahia, Morro do Chapéu e Xique-Xique, o Projeto passou a abranger 20 municípios, com 6.750 famílias diretamente beneficiadas. Entre os quase dois mil projetos de crédito para investimento/custeio apresentados aos agentes financeiros em 2004, no âmbito do Terra Fértil, foram aprovados 1.033 projetos, no valor global de R\$ 8,5 milhões.

Gostaria de destacar também o Programa Flores da Bahia, no qual o Governo do Estado investiu R\$ 6,6 milhões em 2004, beneficiando vários municípios, com destaque para Maracás, Miguel Calmon, Barra do Choça e Cruz das Almas.

Criado há dois anos, o Programa de Apoio à Revitalização da Cultura do Algodão beneficiou 2.920 pequenos agricultores familiares envolvidos no plantio de 4.912 hectares

da safra agrícola 2003/2004, com excelentes resultados: a área cultivada superou em 61% a da safra anterior e a produtividade foi igualmente incrementada, alcançando 140 arrobas por hectare.

O Programa mobilizou recursos da ordem de R\$ 12 milhões, gerando 1.965 empregos diretos. Cerca de três mil novos agricultores familiares estão sendo incorporados ao Programa, recebendo cada um deles uma área de três hectares preparada com subsolagem e outros serviços, além de um *kit* produtividade contendo sementes, defensivos, fertilizantes, pulverizador, pluviômetro e equipamento de proteção individual.

Outra iniciativa de grande significado para a inclusão socioeconômica foi o Programa de Revitalização da Citricultura do Estado da Bahia - Bahia Citros, lançado em 2004 com a finalidade de fortalecer a cultura, mediante a melhoria da produtividade. Os pequenos produtores terão acesso a recursos financeiros e tecnológicos, assistência técnica e capacitação. Os investimentos são da ordem de R\$ 78,2 milhões, prevendo-se o atendimento a 3.600 pequenos proprietários rurais em áreas de exploração inferiores a 20 hectares, com a geração de 10 mil novos postos de trabalho.

Cito, ainda, o programa Pater Bahia, que mobilizou R\$ 7,2 milhões, reunindo projetos de assistência técnica e extensão rural voltados para o desenvolvimento da ovinocaprinocultura nas áreas de fundo de pasto, além da apicultura, do cultivo da mandioca e alho de viveiros e da produção leiteira. Abrangendo 357 municípios, o Programa beneficia 92.110 agricultores familiares com a transferência de tecnologias agropecuárias e gerenciais para mini e pequenos agricultores.

A extensa lista de iniciativas governamentais voltadas para a inclusão socioeconômica inclui ainda o Programa de Microcrédito do Estado da Bahia - Credibahia, e o Programa de Geração de Emprego e Renda - Proger, que oferecem financiamento para micros, pequenos e médios empreendedores, associações de produtores e profissionais autônomos. Em 2004, o Credibahia financiou quatro mil microempresários, com aplicações de R\$ 4 milhões. Este resultado foi possível graças à rede de agências do Credibahia que hoje alcança 33 municípios, o dobro do ano anterior, e às parcerias firmadas com organizações civis de interesse público. Já através do Proger, foram contratados financiamentos da ordem de R\$ 157,6 milhões, beneficiando 64.815 empreendedores, propiciando, ainda, a criação de 11.686 novos postos de trabalho.

Já as ações de regularização fundiária resultaram na emissão, em 2004, de 20 mil títulos de propriedade de terra, sendo 98% outorgados ao agricultor sob a forma de doação, alcançando todo o universo do Programa Minha Roça, além de outros municípios.

Senhores Deputados,

No cumprimento do papel de indutor do crescimento econômico, o Governo da Bahia buscou promover a descentralização espacial, o adensamento das principais cadeias produtivas, além do fortalecimento dos setores mais tradicionais e representativos. Assegurou, assim, as condições necessárias para viabilizar o crescimento do PIB e uma mudança no perfil econômico do Estado, no sentido de superar a sua condição histórica de produtor de *commodities*, para afirmar-se cada vez mais no cenário nacional e internacional como produtor de bens finais.

Em 2004, novos empreendimentos instalaram-se na Bahia, ampliando a matriz industrial. O elenco de empresas que entraram em operação nos mais diversos segmentos contabiliza investimentos de R\$ 758 milhões, gerando 17.660 novos postos de trabalho. Estão em implantação 79 empresas com investimentos previstos de R\$ 8,5 bilhões e criação de 16.173 empregos. Já com relação a novos empreendimentos, foram assinados protocolos que atingem um montante de R\$ 11 bilhões e a geração de 31.800 novos empregos.

A política de incentivos do Estado resultou na atração de importantes empreendimentos nos setores automotivo, de construção naval, petroquímico, celulose, pneus, mineração, calçados e têxtil, entre outros. Muitos destes empreendimentos envolvem elevado aporte de capital, o que permite projetar impactos significativos no incremento e fortalecimento das cadeias produtivas.

Vale destacar a implantação da Continental Pneus e da Bridgestone Firestone do Brasil, duas das maiores produtoras de pneus do mundo, com investimento total previsto de R\$ 1,6 bilhão e expectativa de geração de 2.400 empregos diretos, além dos indiretos decorrentes dos efeitos germinativos da sua instalação.

Duas obras de grande porte irão contribuir para a reativação da indústria naval no Estado: a construção de uma plataforma de petróleo de rebombeio autônomo - PRA 1 para a

Petrobras, com previsão de investimentos de R\$ 1 bilhão e geração de 2.000 empregos; e a implementação de um complexo industrial para a construção de módulos *off-shore* e *on-shore*, além de um porto para reparo e conversão de navios em plataformas petrolíferas.

Não poderíamos deixar de destacar o desempenho do setor automotivo baiano, com o Complexo Ford realizando novos lançamentos, incorporando inovações tecnológicas e operacionais e criando o terceiro turno de serviço, que abriu perspectivas para a geração imediata de 1.700 novos empregos diretos, além de outros 400 empregos indiretos a serem criados pelas prestadoras de serviço. Atualmente, o complexo responde por uma oferta total de 7.696 empregos diretos.

Outro setor de grande expressão econômica para o Estado é a celulose. Cabe destacar o investimento de R\$ 2,7 bilhões da Veracel, já com 80% das obras concluídas e que, antes mesmo do início de sua operação, gerou 10 mil empregos diretos e indiretos nas atividades florestais e de construção.

Além disso, a parceria da Veracel com o Governo da Bahia resultou na concretização de um elenco considerável de investimentos em infra-estrutura, abrangendo a melhoria e expansão da malha viária, a execução de um programa regional de erradicação da hanseníase e combate à tuberculose e a realização de obras de saneamento ambiental em Barrolândia, distrito de Belmonte. Ainda no segmento papel-celulose, registre-se o anúncio da ampliação da Planta da Bahia Sul, representando investimento de R\$ 3,8 bilhões, cujo início está previsto para 2006.

Na cadeia química e petroquímica, destacam-se os investimentos no Campo de Manati, na Baía de Camamu, que deverá entrar em operação em 2006, já tendo sido iniciada a construção do gasoduto. Foi anunciada, também, a construção do Gasoduto do Sudeste/Nordeste – Gasene, que trará novo fôlego para a área de exploração e produção de petróleo e gás natural no Estado. O gasoduto, que ligará Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, a Salvador, representa um investimento da ordem de US\$ 1,3 bilhão e possibilitará à Bahia, tradicional produtora de óleo e gás, realizar o transporte da produção dos novos campos petrolíferos até o mercado consumidor.

Cumprе assinalar, ainda, os investimentos no pólo calçadista, que alcançaram o montante

de R\$ 96 milhões, relativos a 11 empresas instaladas e 6 em implantação, em 2004. Vale ressaltar que o segmento produtor de calçado já conta com 58 fábricas, entre calçados e componentes, localizadas em diversos municípios do Estado, gerando mais de 20 mil empregos.

Em 2004, o setor terciário voltou a evidenciar sua importância para a economia baiana, como fonte de geração de emprego e renda. O segmento de serviços vem experimentando expressivo crescimento nos últimos anos, tendo como destaque a atração de importantes empresas de *call center* em Salvador, entre as quais as novas empresas de *telemarketing*, que juntas representam investimentos de R\$ 8,7 milhões e estimativa de geração de 3.800 empregos diretos.

No setor terciário, o turismo continua recebendo do meu governo atenção especial. A promoção da Bahia no Brasil e no exterior, aliada à ação conjunta dos órgãos estaduais com operadores, agentes de viagem e outros parceiros, bem como a consolidação de novos programas nas áreas de certificação da qualidade de serviços e de fidelização de público são fatos que contribuíram para a consolidação do Estado como a terceira principal porta de entrada para o turismo internacional.

Vale destacar os investimentos realizados pelo Estado em obras de infra-estrutura em regiões de vocação turística, como a Costa dos Coqueiros, a Costa do Dendê, a Costa do Cacau dentre outras. Para garantir os recursos indispensáveis a esses investimentos, foi assinado o primeiro contrato do Produtur II, no valor de US\$ 16,6 milhões, sendo US\$ 10 milhões financiados pelo BID, através do Banco do Nordeste, e o restante composto por contrapartida estadual e federal.

Os investimentos feitos pelo Governo do Estado vêm atraindo grandes projetos turísticos, com foco no mercado internacional, como o Complexo Hoteleiro Iberostar, em Praia do Forte, o Resort Vila-Galé Marés, em Guarajuba, e o Complexo Turístico Hoteleiro Reserva Imbassaí. Só estes três novos empreendimentos investirão, numa primeira fase, o montante de R\$ 150 milhões, gerando 1.000 novos postos de trabalho.

Esta estratégia acertada de fomento a essa atividade impactou positivamente no fluxo turístico, que em 2004 registrou um ingresso de 4,8 milhões de turistas, superando em 8% o ano de 2003, sendo que 560 mil provenientes do exterior.

Os vôos regulares internacionais cresceram de 12 semanais, em 2003, para 42 em 2004, quando o fluxo de embarque e desembarque passou de 160.247, em 2003, para 344.674, em 2004. Nos *charters*, evoluímos de 27.200 para 56.000.

O ano de 2004 marcou, mais uma vez, um expressivo desempenho do Estado no comércio exterior, com as exportações baianas registrando um recorde histórico e alcançando US\$ 4 bilhões, o que significa um crescimento da ordem de 24,7% em relação ao exercício anterior. Esta performance decorreu de vários fatores, entre os quais a reestruturação produtiva pela qual passa a economia baiana, com a maturação de grandes investimentos, o câmbio favorável em boa parte do ano, o desempenho positivo da economia brasileira e o próprio crescimento da economia mundial.

A Bahia também superou, em 2004, a projeção de crescimento das importações, que atingiram a cifra recorde de US\$ 3 bilhões, 54% acima das compras externas registradas no exercício de 2003. Deste modo, os fluxos do comércio exterior geraram um superávit comercial da ordem de US\$ 1 bilhão.

A corrente de comércio exterior do Estado, representada pela soma das exportações e importações, também foi recorde em 2004, alcançando a cifra de US\$ 7 bilhões, o que corresponde a 4,4% da movimentação do comércio exterior brasileiro, tendo sido a participação mais elevada da Bahia desde 1985.

Neste âmbito, merece especial destaque o desempenho do agronegócio baiano, cuja balança comercial apresentou um saldo da ordem de US\$ 1,2 bilhão, confirmando uma tendência dos anos recentes, tendo sido responsável, no exercício de 2004, por 32% das exportações baianas e 6,9% do total de importações. Este desempenho foi fortemente impulsionado pelo segmento de algodão e fibras têxteis vegetais, que registrou um crescimento de 125,1%, seguido da soja e do setor de madeiras e derivados. As produções aquícola, frutícola e cacaueteira também contribuíram para a boa performance do agronegócio na balança comercial baiana.

Senhores Deputados,

A agropecuária baiana apresentou, em 2004, um desempenho altamente positivo, que

reflete em grande medida à prioridade conferida ao setor na política governamental. Abrangendo uma gama extremamente ampla e diversificada de intervenções, o apoio do Governo da Bahia à agropecuária se materializou em todos os segmentos produtivos, sempre com o objetivo de impulsionar o desempenho do setor, de forma a consolidar as bases para a construção do futuro sustentável do Estado.

O desempenho global da agropecuária baiana, em 2004, envolveu a movimentação de R\$ 16,6 bilhões, registrando um crescimento, a preços reais, de 22% no Valor Bruto da Produção - VBP, em relação ao exercício de 2003. Respondem por este resultado o processo de modernização experimentado em inúmeras atividades, a sanidade dos produtos animais e vegetais, bem como a melhora nos preços e na oferta de diversas *commodities* no mercado internacional, a exemplo da soja, café e algodão.

O maior destaque continua com a produção de grãos, que contribuiu com R\$ 6 bilhões para o Valor Bruto da Produção – VBP, em 2004, o que representa uma variação positiva de 66,5% em relação à safra passada. A produção registrou novos recordes, com uma safra de 5,3 milhões de toneladas, 48,2% superior a do ano anterior e que corresponde a 4,5% da produção nacional.

O café baiano obteve, em 2004, excelente colocação no *Cup of Excellence*, concurso organizado pela *Brazil Special Coffee Association - BSCA*, que premia anualmente o melhor da produção brasileira. Entre mais de 1.000 amostras de café de todo o país, a Bahia classificou seis marcas entre as 36 melhores, produzidas por pequenos produtores familiares do Município de Piatã, na Chapada Diamantina, que agora participarão do leilão internacional dos melhores cafés do Brasil.

Registre-se, ainda, a trajetória ascendente da cotonicultura baiana, com a produção em 2004 de 691,6 mil toneladas, representando crescimento 150% superior, posicionando a Bahia como segundo maior produtor brasileiro, atrás apenas do Mato Grosso. O Governo do Estado vem contribuindo decisivamente para esse novo momento, através das ações do Programa de Revitalização da Cotonicultura da Região Sudoeste. Até agora, mais de 2 mil produtores familiares foram contemplados com a distribuição de sementes, fertilizantes, inseticidas e equipamentos pulverizadores, além da recuperação de solos degradados.

A lavoura cacauera continuou sendo objeto da atenção e dos investimentos do poder público, através de novos programas, projetos e ações.

Merece registro, mais uma vez, o desempenho da Biofábrica de Cacau, responsável pela multiplicação dos clones tolerantes à vassoura-de-bruxa e que, em 2004, comercializou 1,2 milhão de mudas clonais de cacau e 270 mil garfos para enxertia. Na área de pesquisa, o Governo apoiou financeiramente 14 projetos desenvolvidos pela Ceplac que, com o trabalho de seleção de clones tolerantes à vassoura-de-bruxa, possibilitou disponibilizar para a biofábrica 42 clones autocompatíveis e 22 intercompatíveis.

O Programa de Modernização da Agricultura Baiana – Agrinvest, deu continuidade à promoção de ações voltadas para assegurar ao setor as condições para ampliar a capacidade de atrair investimentos e afirmar a competitividade dos produtos baianos nos mercados nacional e internacional. Nos seus quatro anos de vigência, o Programa já assegurou suporte financeiro a 1.290 projetos de avicultura, aqüicultura, pesca, cafeicultura, novillo precoce, ovinocaprinocultura, pecuária de leite e floricultura, que totalizaram investimentos da ordem de R\$ 49,6 milhões.

No que se refere à pecuária baiana, um dos fatos mais relevantes em 2004 foi a operação de venda do Matadouro Frigorífico de Itapetinga – Mafrip, para um grupo nacional, maior exportador de carne do país, que atende ao mercado consumidor em mais de 90 países. O plano de ação dos novos acionistas prevê o abate de 1,2 mil bovinos/dia, com geração de 1.000 novos empregos. O estabelecimento do grupo no Estado é mais uma demonstração da atratividade e do potencial de desenvolvimento da atividade pecuária na Bahia.

Igualmente promissora é a produção de frangos de corte na Bahia, que vem experimentando um crescimento acentuado nos anos recentes, situando-se atualmente em torno de 186.430 toneladas/ano.

A agricultura familiar foi beneficiada, em 2004, com investimentos da ordem de R\$ 32 milhões, destinados à contratação de 15.725 projetos de crédito, o que representa um incremento de 50% em relação a 2003. Merecem destaque os cursos para capacitação de mão-de-obra, voltados para orientar a formação dos bancos de sementes, o manejo de culturas e criações e a verticalização da produção. O Governo do Estado também incentivou

o cooperativismo, em parceria com instituições do setor agrícola, devido às vantagens competitivas que esta prática agrega à produção.

Embora explore apenas 21,6% do seu potencial de áreas irrigáveis, avaliado em 1,6 milhão de hectares, a Bahia vem protagonizando um notável impulso nesta área, superando a evolução registrada em nível nacional e na região Nordeste do país. É importante ressaltar que a expansão da área irrigada do Estado vem sendo feita quase sempre com a introdução de tecnologias avançadas e sistemas de última geração.

Entre os projetos de irrigação mais importantes, cumpre destacar o de Ponto Novo, localizado na região de Senhor do Bonfim, envolvendo investimentos de R\$ 39,7 milhões, provenientes de recursos do Estado e financiamento do Banco Mundial. Trata-se do maior projeto de irrigação do país empreendido com recursos estaduais, concluído em 2004 e composto de 62 lotes empresariais e 146 para pequenos produtores.

É justo observar que o desempenho agrícola do Estado em 2004 reflete, em grande medida, o esforço permanente do Governo da Bahia para assegurar a prevenção e controle das doenças e pragas dos vegetais. As atenções e investimentos, em 2004, concentraram-se no combate à ferrugem asiática, incidente no cultivo de soja, e à mosca-da-fruta, consideradas os maiores entraves às exportações brasileiras de frutas *in natura*.

Em relação à defesa sanitária animal, cumpre destacar a participação da Bahia no Programa Nacional de Erradicação da Aftosa, com as ações empreendidas pelo Governo do Estado para assegurar a manutenção do status de área livre de febre aftosa, em conformidade com os padrões de exigência internacionais. Desta forma, através da intensificação da vacinação, foi possível consolidar as áreas livres da doença no território baiano. A primeira etapa da campanha atingiu uma cobertura vacinal de 93,2% do rebanho cadastrado, índice superior ao mínimo exigido pela Legislação.

No que se refere ao abastecimento alimentar, a ação do Governo da Bahia obteve reconhecimento nacional através do prêmio Ibase/Betinho, concedido no ano em que a Ebal completou 25 anos de fundação, consagrando-se como empresa cidadã, em reconhecimento aos resultados da sua ação na área econômica e social, pautada pela ética e responsabilidade social no relacionamento com o meio empresarial e a comunidade.

O Programa Cesta do Povo, implementado pela Ebal, continua atuando como importante regulador de preços no mercado baiano, principalmente no interior. Na condição de maior rede baiana na área de abastecimento alimentar, a empresa exerce influência sobre a evolução dos preços, mediante a oferta de produtos de qualidade por valores mais baixos do que os praticados no mercado. Em 2004, foram inauguradas mais duas lojas da Cesta do Povo, totalizando assim 423 pontos de venda, dos quais 378 no interior e 45 na capital. A Ebal obteve, no ano, um faturamento nominal de R\$ 476 milhões, como resultado do atendimento a mais de 34 milhões de consumidores.

Senhores Deputados,

Na área de infra-estrutura, o Governo da Bahia tem trabalhado no sentido de assegurar as condições exigidas para a operação dos setores produtivos da economia, especialmente no que diz respeito à transmissão de energia elétrica e à logística de transportes.

No que concerne aos transportes, vêm sendo feitos investimentos, principalmente através do Programa Corredores Rodoviários II, no sentido de aumentar a capilaridade da malha rodoviária estadual, de modo a garantir as condições de escoamento da produção nas várias regiões do Estado. Em 2004, apesar da escassez de recursos, foram aplicados R\$ 66,7 milhões, na implantação, restauração, recuperação e manutenção de rodovias.

Cerca de 1.800 quilômetros entre implantação de novas estradas, restauração e recuperação foram concluídas em 2004 ou estão em andamento. Dentre as concluídas, destacam-se as de Barra do Choça - Lucaia, Maracás - BR 116, Dias d'Ávila - Mata de São João, BR 116 - Santanópolis - Irará, Itabela - Guaratinga, S. Domingos - Valente, Conceição do Coité - Monte Santo, BR 324 - Caem - Saúde - Pindobaçu - Antonio Gonçalves - Senhor do Bonfim. Entre as que estão em andamento, a Medeiros Neto - Vereda, Itapetinga - Caatiba, Apuarema - Gandu, Itapicuru - Divisa Ba-Se.

Estou pessoalmente empenhado na mobilização de recursos externos e internos, no âmbito do Banco Mundial e do BNDES, mas o Governo da Bahia considera imprescindível que o Governo Federal intervenha com urgência na conservação das estradas federais em nosso Estado, que continuam constituindo um gargalo para o desenvolvimento estadual.

Vale destacar, em 2004, para o lançamento oficial do Programa Estadual de Logística de Transportes da Bahia – Peltbahia, voltado para viabilizar a integração dos diversos sistemas de transportes do Estado. Instituído através do Decreto 9.155, em agosto de 2004, o Programa tem o objetivo de dotar o Estado de uma moderna estratégia de integração multimodal de transportes, de modo a consolidar a logística de exportação dos produtos baianos pelos portos do Estado, aumentando a competitividade da economia.

No âmbito do transporte hidroviário, continuamos a investir na viabilização da Hidrovia do São Francisco. Em 2004, assinamos convênio com o Governo Federal visando a melhoria das condições de navegabilidade do rio, mobilizando recursos para obras de derrocamento e dragagem no trecho entre Ibotirama e Juazeiro. Além disso, procedemos a construção da embarcação de pesquisa hidrográfica, destinada à realização de estudos que permitirão um salto tecnológico na prática da navegação fluvial no Rio São Francisco.

No que se refere à energia elétrica, o Governo da Bahia tem trabalhado no sentido de assegurar a oferta de energia na quantidade e qualidade requeridas pelos setores produtivos. Neste âmbito, cumpre destacar a quarta etapa da expansão do sistema elétrico de transmissão e distribuição da região do cerrado, no Oeste do Estado, bem como os investimentos voltados para prover a política de expansão do pólo turístico de Porto Seguro, onde foram construídas a subestação e as linhas de transmissão que absorveram recursos da ordem de R\$ 12,6 milhões.

Também constitui prioridade governamental para o setor energético, a realização de investimentos nas áreas mais carentes do Estado, sobretudo no meio rural, não apenas para propiciar a fixação do homem do campo e elevar a qualidade de vida da população, como para promover o desenvolvimento econômico e social da Bahia de forma integrada. Desta forma, foram investidos, em 2004, recursos da ordem de R\$ 108,5 milhões na expansão da malha energética, com obras de transmissão, distribuição e conservação de energia, bem como na busca de fontes energéticas alternativas.

Neste contexto, gostaria de destacar o Programa Luz no Campo, em fase de conclusão, que trouxe considerável benefício para o meio rural da Bahia, aumentando de 28% para 45,6% o atendimento aos domicílios das comunidades rurais. Em 2004, foram investidos pelo Programa R\$ 6,6 milhões, beneficiando uma população de nove mil habitantes.

Outra estratégia de grande alcance social é o Programa Luz pra Todos, instituído pelo Governo Federal para a universalização do acesso e uso da energia elétrica à população do meio rural. A participação financeira do Estado é de 30% do total de R\$ 1,7 bilhão a ser investido. Em 2004, foram contratadas, no âmbito do Programa, 1.487 obras que representam investimentos de R\$ 168 milhões, beneficiando uma população de 235 mil moradores.

Aproveito aqui para fazer um parêntese e registrar a preocupação do Governo da Bahia com a questão da infra-estrutura. Trata-se de uma área fundamental de investimentos, para a qual, no mais das vezes, os governos estaduais não reúnem as condições financeiras suficientes para suprir suas demandas e necessidades.

As parcerias público-privadas constituem um avanço e, neste sentido, foi aprovado, por esta Casa, Projeto de Lei que institui no Estado o Sistema PPP. Quero ressaltar, no entanto, que esse instrumento sozinho não terá condições de viabilizar um processo mais consistente de recuperação da infra-estrutura.

É importante ter em mente que a escassez de infra-estrutura poderá vir a constituir um dos grandes problemas para a continuidade do processo de desenvolvimento. O Governo Federal precisa estar atento no sentido de assegurar um maior investimento em infra-estrutura, especialmente da malha rodoviária, pois é isso que vai condicionar o crescimento nacional e, conseqüentemente, dos estados.

Com tradição de pioneirismo na área de meio ambiente, a Bahia continua trabalhando de forma séria no sentido da preservação e do uso sustentável do seu rico patrimônio natural, com ênfase na vigorosa atuação voltada para a utilização racional dos seus recursos hídricos. Neste sentido, devem ser destacadas as ações do Sistema de Monitoramento das Águas do Paraguaçu, com o objetivo de melhorar a qualidade da água do rio e dos seus afluentes. O ano de 2004 marcou a conclusão do Diagnóstico Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguaçu quanto aos seus aspectos físicos, biológicos e socioeconômicos e a definição dos indicadores da qualidade da água.

O Governo do Estado está consolidando, por outro lado, um sistema integrado de informações para o licenciamento ambiental, com a realização de investimentos, na aquisição de equipamentos de informática, serviços de consultoria e contratação de pessoal

especializado para o desenvolvimento e controle das licenças ambientais e de seus condicionantes por meio de sistema informatizado. O objetivo é fortalecer o licenciamento como instrumento de gestão ambiental.

Na área de Ciência e Tecnologia, cumpre destacar o Projeto do Parque Tecnológico de Salvador, que pretende integrar universidades, empresas e Governo com o objetivo de criar um ambiente favorável à geração de inovações e à transferência de conhecimento e tecnologia, resultando em benefícios como a criação de empregos qualificados, a retenção de talentos, a melhoria da competitividade das empresas locais e a difusão de uma imagem positiva da região como centro de negócios.

Outra ação substantiva na área de Tecnologia e Informação, implementada pelo meu Governo, é o combate à chamada “exclusão digital”, que consiste na falta de acesso aos recursos da informática por expressiva parcela da população. Neste sentido, o Governo do Estado, em parceria com Prefeituras Municipais, Universidades Estaduais e Organizações não-Governamentais, adotou a inclusão digital como um dos desafios de sua política institucional e está desenvolvendo um modelo piloto de centros públicos de acesso à informática – Infocentros.

Já foram implantados, em caráter experimental, seis Infocentros, nas cidades de São Félix, Santo Antônio de Jesus, Vitória da Conquista e Salvador. A população tem acesso gratuito aos Infocentros e recebe orientação sobre as novas tecnologias de comunicação e informação. A finalidade destas unidades experimentais é desenvolver um modelo mais adequado de estrutura física e operacional e um sistema de gestão eficiente para suportar as atividades de mais 300 Infocentros a serem implantados, até o final do meu Governo.

Ao longo de 2004, o Governo baiano consolidou uma moderna forma de administração pública, com prioridade para a gestão por resultados. A busca pelo melhor desempenho do setor público para a satisfação dos usuários vem se desenvolvendo por um conjunto de linhas-mestras: planejamento estratégico, gestão voltada para a inovação, foco no atendimento ao cidadão, governo eletrônico, salto na gestão de RH e dos serviços administrativos e qualidade nas compras públicas. Estabelecendo processos modernos, conseguimos economizar, em compras para o Estado, R\$ 31,2 milhões, através de licitações na modalidade Pregão.

Visando estabelecer um maior vínculo com o cidadão, em uma iniciativa pioneira no país, elaboramos a metodologia e desenvolvemos os instrumentos do Orçamento Cidadão, que possibilitarão a participação popular na elaboração da proposta Orçamentária do Estado. O Orçamento Cidadão já será posto em prática durante a elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2006.

Ademais, lançamos novas bases de cooperação entre Governo do Estado e os municípios, estabelecendo inovador mecanismo de incentivo à realização de projetos sociais, ao criar o Prêmio Selo de Incentivo Municipal – SIM, que visa contribuir para o desenvolvimento social do Estado, estimulando ações municipais que assegurem melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

Ao longo de 2004, buscou-se implementar um sistema de monitoramento das metas do governo e a construção de uma sistemática de avaliação de programas governamentais.

No que concerne à prestação dos serviços públicos, a Bahia continua sendo um exemplo nacional e internacional, com o reconhecido êxito do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC. Em 2004, os postos do SAC realizaram 10,8 milhões de atendimentos e o Governo do Estado implantou, em parceria com a Prefeitura de Candeias, uma nova unidade do Serviço dentro de um novo modelo, no qual o Estado assume os investimentos para a implantação do posto e o município se responsabiliza pelos custos de aluguel do imóvel, pela manutenção e pela remuneração dos recursos humanos.

Também merece destaque o SAC Empresarial, implantado em 2004 no *Multishop* da Boca do Rio, em Salvador, e que tem o objetivo de ampliar e diversificar a oferta de serviços a empresários e potenciais investidores, reunindo em um mesmo espaço físico todos os órgãos municipais, estaduais e federais necessários à legalização de uma empresa. O SAC Empresarial também é voltado para oferecer capacitação gerencial e agilizar o acesso ao crédito. No seu primeiro ano de funcionamento, o SAC Empresarial realizou mais de 44 mil atendimentos e viabilizou a legalização de 1.114 empresas.

Senhores Deputados,

Julgo importante aproveitar este momento para abordar com Vossas Excelências alguns temas de grande importância para o nosso Estado. É o caso da questão fiscal. Vejo-me na

obrigação de alertar que se nada for feito, o Brasil pode se defrontar com uma crise fiscal, em que os estados serão os principais atingidos. Esta crise decorre da redução das transferências governamentais oriundas da União, do crescimento desproporcional das receitas não-compartilhadas em relação às receitas compartilhadas e dos encargos crescentes decorrentes do pagamento da dívida com a União.

Apesar do crescimento verificado na arrecadação federal, as transferências para os estados vêm sendo proporcionalmente reduzidas, uma vez que esse crescimento da arrecadação se dá através de novas contribuições que não compõem os mecanismos de distribuição federativa. Em 1980, por exemplo, 70% da arrecadação federal eram originados de receitas compartilhadas, ao passo que, hoje, este volume é da ordem de 40%.

Na verdade, toda a carga fiscal nova que o país teve nestes últimos anos não foi compartilhada com os estados, o que tem sido diretamente responsável pela redução dos investimentos.

Outro exemplo desta ineficiência distributiva está no fato do Governo Federal não vir reajustando o valor por aluno no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Fundef, conforme determina a Lei. Esta situação obrigou o Governo Estadual a transferir R\$ 674 milhões para o Fundo, equivalente às despesas de custeio do Estado.

Outra questão que vem afetando os estados é a sistemática redução dos repasses dos recursos da União em programas sociais. É o caso do Programa de Qualificação do Trabalhador, executado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT. Até 2002, estes recursos representavam mais de 90% das aplicações, alcançando R\$ 30 milhões, em 2002, e caindo, nos anos subsequentes, para cerca de R\$ 5 milhões. Esta queda no repasse dos recursos do Fundo levou o Governo do Estado a aumentar a participação dos recursos próprios do Tesouro, de modo a assegurar a continuidade das ações de qualificação do trabalhador.

Em 2004, o Governo Estadual, para assegurar a continuidade das ações de qualificação do trabalhador, aplicou R\$ 2,7 milhões, ou seja, 38% do total dos recursos investidos. As ações de qualificação só foram possíveis graças à firme decisão do meu Governo de assumir a responsabilidade financeira pela continuidade do programa.

Outro assunto que tem que ser tratado sob a ótica do interesse federativo é a transposição do Rio São Francisco, que deve levar em conta não apenas o ponto de vista dos estados que vão receber a água do Velho Chico, mas dos estados que vão doar estes recursos hídricos. É importante, por outro lado, que se tenha total clareza quanto aos aspectos de viabilidade técnica, ambiental e econômica do projeto, para que não se incorra no risco de cometer um erro irremediável.

A decisão do Governo Federal de promover a transposição das águas do Rio São Francisco desconsiderou a decisão do Comitê da Bacia Hidrológica do São Francisco, o fórum competente para tratar do assunto, que admitiu o uso externo da água do rio apenas para abastecimento humano e animal e somente em casos de comprovada escassez.

Tenho dito repetidas vezes que não me oponho ao uso da água do São Francisco para abastecer as populações do semi-árido, mas não posso conceber sua utilização nos projetos de irrigação, considerando seu alto custo. Muito mais urgente é a viabilização das condições para o aproveitamento efetivo dos recursos hídricos pelas populações ribeirinhas.

Assim, estamos convencidos que os investimentos serão melhor aproveitados se direcionados aos projetos de irrigação, que estão sem recursos no Orçamento da União, como o Salitre e o Baixio de Irecê, em nosso Estado. Estes recursos permitiriam a retomada de projetos de irrigação praticamente paralisados, ou executados muito lentamente, fundamentais para a melhoria das condições de vida do sertanejo, e capazes de oferecer respostas com muito mais rapidez.

O Governo Federal não pode contribuir para o esgarçamento do tecido federativo, que é a perspectiva que se afigura diante do quadro atual. É necessário avançar na direção de uma reforma tributária mais consistente, que seja pactuada com os estados, de modo a preservar a sua capacidade de investimento em áreas estratégicas. Neste sentido, questões relacionadas à excessiva vinculação de recursos orçamentários, à necessidade de aprovação do Fundo de Desenvolvimento Regional, compromisso do Governo Federal com os estados menos desenvolvidos, e à garantia de recursos do Fundo de Compensação de Exportação são temas prioritários para assegurar a solvência dos estados.

Ainda com relação às questões federativas, não poderia deixar de abordar a política de desembolsos do BNDES, maior agente de desenvolvimento do país, que, nos últimos anos,

vem reduzindo cada vez mais os recursos destinados ao Nordeste. Em 2001, a região era contemplada com cerca de 13% dos desembolsos. Este percentual caiu para 7%, em 2004, ano em que a região Sudeste foi contemplada com 53% dos recursos desembolsados. É fundamental, portanto, aumentar a participação nordestina no montante dos recursos do BNDES.

Senhores Deputados,

Estou certo de que, nestes dois anos em que venho cumprindo a honrosa tarefa que me foi delegada pelo voto livre do povo baiano, o nosso Estado avançou no seu caminho para o desenvolvimento econômico e social, buscando elevar a qualidade de vida da sua população.

Não poderia deixar de usar esta oportunidade para agradecer o apoio e a colaboração que temos recebido da sociedade baiana, através das suas diversas representações. Da mesma forma, quero agradecer o apoio que jamais me foi negado por esta Assembléia Legislativa, tanto na pessoa do seu ex-presidente, Deputado Carlos Gaban, quanto do presidente recém-eleito, Deputado Clóvis Ferraz, ao qual desejo uma gestão profícua à frente dos destinos desta importante Casa democrática.

Cumprimento os membros desta Assembléia Legislativa pelo intenso exercício de suas nobres funções parlamentares durante a legislatura, contribuindo decisivamente para o pleno funcionamento do regime democrático, sustentado na independência e harmonia entre os poderes constituídos. Estendo os cumprimentos ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Manoel Castro.

Gostaria, ainda, de manifestar meus agradecimentos aos três representantes no Senado da República, os Senadores Antonio Carlos Magalhães, César Borges e Rodolpho Tourinho, assim como aos representantes baianos na Câmara dos Deputados, que têm sempre apoiado a defesa dos interesses maiores do Estado.

Deixo aqui registrado o excelente relacionamento que durante dois anos tive com o ex-prefeito de Salvador, Antonio Imbassahy, que sem dúvida resultou em notáveis avanços para esta cidade, através do trabalho harmônico e muito produtivo que certamente

contribuiu para consolidar uma época histórica de grandes transformações vividas por nossa querida capital. Da mesma forma, agradeço aos prefeitos de nossas cidades do interior, também vítimas desta enorme concentração de recursos na União, a possibilidade de realizarmos, juntos, certamente, o mais construtivo trabalho de colaboração exercitado no país entre um Estado e seus municípios.

Quero cumprimentar, também, o novo prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro, e prestar minhas homenagens ao Poder Judiciário, na pessoa do seu ilustre presidente, o Desembargador Gilberto Caribé, pelo esforço que vem realizando no sentido de dar continuidade à modernização dos serviços judiciários, além do Procurador Geral de Justiça, Achiles Siquara, pela sua atuação à frente do Ministério Público.

Agradeço, ainda, aos representantes dos órgãos federais e autoridades militares sediadas no Estado, assim como às autoridades eclesiásticas, em especial ao arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, D. Geraldo Magella, a quem tributo homenagem pela postura sempre serena e de colaboração com a Bahia e os baianos.

Finalmente, peço a Deus que me conserve a força e a determinação para continuar cumprindo os compromissos que assumi com o povo da minha terra, de fazer da Bahia um Estado justo e próspero, onde todos possam viver e produzir em paz, num ambiente saudável e harmonioso.

Muito obrigado!



Paulo Souto
Governador da Bahia